



Intervenções no PAOD da Reunião de Câmara de 23 de Março de 2015

1. Sobre o PDM

Nos muitos contactos que temos vindo a fazer com populações do concelho, quando perguntamos se sabem o que é o PDM, são muito poucos os que nos dizem saber do que se trata.

Quanto aos que dizem saber e lhes perguntamos se sabem que neste momento se encontra em fase de discussão pública, que a lei impõe que se faça, a resposta é também, com raríssimas excepções, que não sabem.

Obviamente que tal desconhecimento, que não pode de forma alguma esconder-se por detrás dum pretenso desinteresse dos munícipes por coisas tecnicamente complicadas com as quais não querem perder tempo, só pode atribui-se à mais que insuficiente publicidade dada pela Câmara a este instrumento vital e estruturante para a definição do futuro próximo e de médio prazo de todo o município. Falha que importa corrigir.

Como desde início a CDU defendeu, o período de 30 dias concedido pela maioria política desta Câmara era demasiado curto para que os munícipes se pudessem aperceber e, os interessados, estudar as propostas e alterações ao PDM previstas para as suas localidades e para o Concelho que é de todos.

Impunha-se, no entender da CDU, que a legalmente obrigatória discussão pública decorresse pelo menos durante 60 dias, acompanhada de sessões públicas nas localidades onde se encontram os maiores aglomerados populacionais, promovidas pela Câmara e devidamente publicitadas para que o maior número de interessados nelas pudesse vir defender os seus pontos de vista.

Nada disto foi aceite e, por isso, nada foi feito, justificando-se assim a quase completa ignorância em que permanecem os munícipes de Cascais acerca do que é e para o que lhes serve um PDM.

Estamos ainda a tempo de emendar a mão e corrigir as faltas. Por isso a CDU volta a propor que se alargue o período de discussão pública por mais 30 dias a contar



do próximo dia 27 do corrente, marcando-se um calendário de sessões de debate nas principais localidades do Concelho nas quais, além das diferentes forças políticas aqui representadas, possam também participar grupos de moradores, associações recreativas, de cultura e desporto, de bombeiros, escolas e, claro, de todos os munícipes que a título individual nelas queiram participar.

É assim que concebemos uma “Democracia Participativa” numa Cascais que queira, efectivamente, estar “virada às pessoas”. O contrário disto tem outros nomes nada simpáticos que me abstenho de referir por desejar, sinceramente que aquilo que propomos seja levado em consideração e alargado o prazo para que os munícipes possam apreciar e discutir o seu Plano Director Municipal.

2. Sobre as notícias que dão conta de que a Policia Judiciária investiga denuncias de corrupção na Câmara de Cascais.

Nos dias que mediaram entre esta e a última reunião desta Câmara, vários órgãos de comunicação social fizeram eco de notícias que, enquanto eleito neste órgão, me enchem de vergonha.

Disseram-nos os jornais e as televisões que aqui se praticam graves actos de corrupção, promovidos por responsáveis por direcções e departamentos municipais, e que tais prevaricadores estarão a agir a coberto de outros superiores responsáveis.

Em parte essas notícias são baseadas na participação feita junto da PJ por um funcionário municipal do Serviço de Fiscalização da Câmara que, dando a cara, “acusa o chefe de ser corrupto”.

Diz esse Fiscal Municipal que em Maio de 2014, antes de ir à PJ, “*tinha feito as denúncias ao Presidente da Câmara, que não lhe deu resposta*”.

Face a esta vergonha, Sr. Presidente, o que lhe quero perguntar é o seguinte:

- É verdade que o funcionário municipal lhe deu, ou quis dar conta de denúncias que apontavam para a existência de actos de corrupção envolvendo chefias da Câmara que V^a. Ex^a. dirige ?

- E se deu ou quis dar conta, que sequencia deu o Sr. Presidente a tais denúncias ?

- Se, apesar de não se ter ainda judicialmente provado que os acusados de tão nefandas práticas as cometeram de facto, e tendo em conta os graves danos que estão a decorrer para a imagem desta Câmara e para cada um dos autarcas eleitos aqui presentes, se o Sr. Presidente, ainda assim, continua a reiterar a sua inteira confiança política e pessoal nas pessoas em questão para exercerem as responsabilidades que o senhor nelas delegou ?



3. Sobre o Edifício Nau

A propósito do defunto edifício Nau e do emergente D. Pedro I, que espero que não se chame assim para sub-liminarmente se querer prestar preito a D. Pedro de Passos de Coelho, não quero deixar de registar aqui mais um exaltante exemplo da prática em Cascais dum conceito único e excepcional de democracia, cujo principal ideólogo e praticante é V^a. Ex^a., Sr. Presidente.

Refiro-me àquele enorme anúncio com para ai uns 40m de comprimento por 3 ou 4 de altura que rezava assim: - “*JUNTOS VAMOS DECIDIR O FUTURO DESTE LOCAL*”.

Local para o qual o Sr. Presidente da Câmara desde logo teve a amabilidade de elucidar que o JUNTOS se ia resumir a cinco candidatos à compra do espaço ocupado pelo defunto, dos quais V. Ex.^a eliminaria três e, dos dois que iam sobrar, os JUNTOS QUE DECIDEM podiam então escolher um. Digamos que o conceito de “*democracia participativa*” nesta “*Cascais elevada às pessoas*” está já a ficar um tanto esquisito ou, se se quiser e para usar expressões que lhe são mais caras, um tanto ou quanto excepcional.

Mas foi na sessão amplamente promovida e previamente alimentada de muito suspense que se veio, finalmente, a revelar a verdadeira pedra de toque, ou a alma da genial democracia do PSD/CDS em Cascais.

Face a muitos rumores de que uns tantos incautos munícipes estariam com tendências para DECIDIR que ali se fizesse um hotel, e que tal estapafúrdia ideia não estava nos reais planos de quem pensou mandar que JUNTOS DECIDÍSSEMOS, o Sr. Presidente fez saber que JUNTOS, ele e os seus vereadores do PSD/CDS, tinham DECIDIDO que a proposta de Hotel desistia e que, face ao irremediável, o que estava DECIDIDO era DECIDIR avançar com o D. Pedro I que, digo eu, se espera que não sirva para homenagear D. Pedro de Passos de Coelho.

Para a terminar, apenas recomendar ao Sr. Presidente que não se esqueça de correr a registar a patente do seu tão original e exclusivo conceito de democracia em que “JUNTOS DECIDIMOS”.

Tenho dito.

Cascais, 23 de Março de 2015

O Vereador da CDU
Clemente Alves